



Informe Econômico

22/07/2022 • Nº01

**Varejo cresce 5,9% em junho,
segundo o ICVA da Cielo**

Página 2

**Estados anunciam redução
do ICMS do etanol**

Página 4

**Acordo do Mercosul com
Cingapura pode incrementar
PIB em R\$ 28,1 bilhões até
2041**

Página 6

**Com pandemia, prazo para
recuperação de empresa
mais que dobra**

Página 7

Varejo cresce 5,9% em junho, segundo o ICVA da Cielo

Por Estadão Conteúdo

Alta das vendas está associada com a base comparativa de junho do ano passado, período em que o comércio ainda sofria restrições por causa da covid.

As vendas no varejo em junho de 2022 cresceram 5,9%, descontada a inflação, em comparação com igual mês de 2021, aponta o Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA). Em termos nominais, que espelham a receita de vendas observadas pelo varejista, o indicador apresentou alta de 22,8%.

Segundo a Cielo (CIEL3), o aumento das vendas está associado com a base comparativa de junho do ano passado, período em que o comércio ainda sofria restrições por causa da covid-19. Os efeitos de calendário tiveram pouca interferência no resultado: embora tenha havido uma quinta-feira a mais (dia de comércio mais aquecido) e um terça-feira a menos (data em que as vendas costumam ser mais fracas) que em junho do ano passado, o impacto em volume de vendas devido ao feriado de Corpus Christi este ano foi maior, o que compensou o mix de dias.

Sem considerar esses efeitos, o varejo apresentou crescimento nominal de 22,9%. Na comparação deflacionada, o crescimento nas vendas foi de 5,9%.



De acordo com Diego Adorno, gerente de Produtos de Dados da Cielo, o comércio continua em recuperação. “Em junho, tivemos o oitavo mês consecutivo de crescimento de vendas. Esse resultado está ligado a menos lojas fechadas, em razão da pandemia da covid-19, que há um ano. O macrossetor de Serviços foi o que mais beneficiou as vendas, com destaque para Turismo & Transporte e Bares & Restaurantes. Contudo, eliminando os efeitos de aumento de preços no período, o varejo ainda se encontra abaixo do patamar observado em 2019, ano anterior ao do início da pandemia”, afirma.

Inflação

A empresa lembra que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo IBGE, apontou alta de 11,89% no acumulado dos últimos 12 meses, com alta de 0,67% em junho. O preço no grupo Alimentos e Bebidas, que subiu 0,80%, foi o que mais impactou o índice.

Ao ponderar o IPCA pelos setores e pesos do ICVA, a inflação no varejo ampliado foi de 16,00% em junho, acelerando em relação ao índice registrado no mês anterior.

Setores

Descontada a inflação e com o ajuste de calendário, os macrossetores de Bens Não Duráveis e de Serviços registraram um crescimento nas vendas em relação a junho de 2021. Já Bens Duráveis e Semiduráveis sofreu uma queda.

O destaque no macrossetor de Bens Não Duráveis foi Postos de Combustíveis. No macrossetor de Serviços, um dos segmentos que mais colaboraram para o crescimento foi Turismo e Transportes. Já o macrossetor de Bens Duráveis e semiduráveis, que apresentou queda, foi impactado negativamente pelo segmento de Materiais de Construção.

Regiões

De acordo com o ICVA deflacionado e com ajuste de calendário, todas as regiões apresentaram crescimento em relação a junho do ano passado. A região Norte registrou alta de 11,8%, seguida da região Sul (+9,6%), Nordeste (+7,3%), Centro-Oeste (+5,3%) e Sudeste (+4,0%).

Segundo o ICVA nominal com ajuste de calendário na comparação com abril de 2021, as vendas na região Norte cresceram 24,3%, seguida da região Sul (+24,1%), Nordeste (+24,1%), Centro-Oeste (+20,3%) e Sudeste (+22,6%).

Fonte: [InfoMoney](#)

Estados anunciam redução do ICMS do etanol

Por Agência Brasil

Pelo menos seis estados diminuíram o imposto. No caso de São Paulo, a alíquota passou de 13,3% para 9,57%, o que deve resultar em queda de R\$ 0,17 nas bombas.

Os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina anunciaram a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do etanol hidratado.

Em São Paulo, a alíquota passou de 13,3% para 9,57%, o que resultará em um impacto de R\$ 563 milhões na arrecadação até o final do ano. A renúncia de receita para o estado está estimada em R\$ 125,1 milhões ao mês. A estimativa do governo é que ação reduza o valor na bomba em R\$ 0,17.



Em Minas Gerais, a alíquota passou de 16% para 9%. “Além de seguir aliviando o bolso dos mineiros, a redução do imposto manterá a competitividade do biocombustível, importante gerador de empregos em nosso Estado”, disse o governador Romeu Zema, nas redes sociais. Já no Paraná, o ICMS do etanol passou de 18% para 12%.

Em Goiás, o imposto passou de 30% para 17%, o que deve gerar uma diminuição de cerca de 85

centavos no litro do combustível nas bombas. Para o etanol, a alíquota caiu de 25% para 17%, com uma redução estimada de R\$ 0,38 por litro nos postos.

Outros serviços também tiveram a cobrança de ICMS reduzida em Goiás, como serviços de telecomunicação (de 29% para 17%) e energia elétrica (de 25% para 17% para famílias de baixa renda e de 29% para 17% para os demais consumos).

Essa redução ocorre como consequência da promulgação, na semana passada, de uma emenda constitucional que prevê compensações da União para os estados que reduzirem a carga tributária dos biocombustíveis. Essa emenda faz parte da mesma proposta que prevê o aumento de benefícios sociais, e criação de outros, até dezembro.

Lei Federal

No mês passado, São Paulo já havia anunciado a redução na alíquota da gasolina, de 25% para 18%. Também foram reduzidos de 25% para 18% o ICMS em operações com energia elétrica, em relação à conta residencial que apresente consumo mensal acima de 200 quilowatts-hora (kWh), e de serviços de comunicação.

Na última semana, os governos do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Minas Gerais também anunciaram a redução do ICMS dos combustíveis.

Nesse caso, a medida atende a uma lei aprovada no Congresso que limita a um patamar máximo de 18% a alíquota do ICMS dos combustíveis e outros itens considerados essenciais. A lei afeta a alíquota do ICMS para gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo.

Até o momento, 11 Estados e o Distrito Federal entraram com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a lei que reduz o ICMS. Eles alegam que terão perdas bilionárias de receita que podem comprometer investimentos obrigatórios em saúde e educação.

Fonte: [Diário do Comércio](#)

Acordo do Mercosul com Cingapura pode incrementar PIB em R\$ 28,1 bilhões até 2041

Por Estadão Conteúdo

Segundo a Pasta, no mesmo período, é esperado um aumento de R\$ 11,1 bilhões nos investimentos

O Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e Cingapura pode representar um incremento de R\$ 28,1 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil até 2041, estimou o Ministério da Economia. Segundo a Pasta, no mesmo período, é esperado um aumento de R\$ 11,1 bilhões nos investimentos, R\$ 21,2 bilhões nas exportações brasileiras para aquele país e R\$ 27,9 bilhões nas importações.

Como mostrou o Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, além do além do acordo com Cingapura, o Mercosul decidiu reduzir em 10% da Tarifa Externa Comum (TEC). Em novembro do ano passado, o Brasil reduziu unilateralmente a TEC em 10%, aproveitando de uma exceção no regulamento do bloco que permite medidas do tipo para a “proteção da vida e da saúde das pessoas”. Em maio deste ano, após o acirramento da guerra entre Ucrânia e Rússia, o governo brasileiro conduziu uma nova redução de 10%, em diversos produtos.

A homologação da redução pelos demais países do Mercosul é vista pelo governo brasileiro um ato simbólico que fortalece a medida tomada por Brasília no ano passado. O Brasil não conseguiu, entretanto, que a segunda baixa de 10% da TEC fosse homologada por todos neste momento.

A abertura da reunião do Conselho de Mercado Comum contou com a presença virtual de autoridades do Ministério do Comércio e Indústria de Cingapura, que destacaram a conclusão das negociações com o Mercosul para a assinatura de um tratado de livre comércio, que deve ocorrer na reunião de chefes de Estado do bloco amanhã.

As tratativas entre o Mercosul e Cingapura começaram ainda em 2018. No ano passado, as exportações do bloco para o país asiático alcançaram US\$ 5,9 bilhões, enquanto as importações somaram US\$ 1,25 bilhão. A expectativa é de que o acordo possibilite um incremento de US\$ 500 milhões nas vendas do Mercosul para a ilha.

Por se tratar de um entreposto importante para o comércio no Sudeste Asiático, Cingapura é o sexto principal destino das exportações brasileiras, com US\$ 939,360 milhões em embarques em junho, ou 2,88% do total vendido pelo País.

Fonte: [InfoMoney](#)

Com pandemia, prazo para recuperação de empresa mais que dobra

Por Fátima Fernandes

Processo que levava oito meses, em média, se estendeu para dois anos. Alta de custos, falta de insumos e crédito caro fragilizaram as empresas, de acordo com a Corporate Consulting.

Pesquisa recente realizada pela Corporate Consulting com 230 companhias revela um cenário preocupante para os setores da indústria, do comércio, dos serviços e dos transportes no país. Para 52% delas, o faturamento caiu pela metade em relação a 2019, para 37%, o endividamento aumentou e, para 84%, é preciso emprestar dinheiro para reforçar o caixa.

Participaram do levantamento empresas com faturamento anual entre R\$ 60 milhões e R\$ 400 milhões, que, juntas, empregam pouco mais de 100 mil pessoas.

“Com a pandemia, a situação mudou muito em razão da alta de custos, da falta de insumos e de previsibilidade do negócio”, diz Luís Alberto de Paiva, CEO da Corporate Consulting.

Margens insuficientes para manter a atividade, passivos que comprometem o capital de giro, estoques reduzidos e dificuldade para renegociar prazos de pagamento são alguns dos principais problemas enfrentados hoje pelos empresários, de acordo com a pesquisa. A Corporate Consulting trabalha diretamente na reestruturação de 28 companhias de vários setores. Todas elas, diz Paiva, estão com as finanças mais frágeis do que antes da pandemia.

“A oferta de crédito está bem mais restrita e o custo do dinheiro, três vezes maior do que há um ano”, afirma. Cenário nada favorável para quem quer manter ou expandir um negócio.



Uma empresa que oferece garantias para uma instituição financeira, de acordo com ele, paga juros de 1,8% a 2% ao mês. Aquela que não tem o que oferecer paga 14% ao mês.

“A discrepância nas taxas hoje é muito grande. Aí a empresa descapitalizada começa a ope-

rar com prejuízo, fica sem dinheiro para pagar funcionários, tributos”, diz. De acordo com ele, diante deste cenário, as empresas tendem a suspender pagamento de impostos, reduzir quadro de funcionários, cortar salários e deixar de pagar bancos e credores.

Mais prazo para reestruturação

A fragilidade das empresas chegou a tal ponto, diz ele, que, com a pandemia, a recuperação de uma companhia endividada, que levava oito meses, em média, passou para dois anos.

“Antes, havia um prazo para injetar recursos nas empresas, acertar custos, precificar e dava para planejar quando o produto voltaria a ser rentável.”

Todo este processo está agora comprometido, de acordo com ele, em razão da disparada da inflação, da falta de matérias-primas, do alto preço dos combustíveis e do crédito mais caro. Paiva diz que conversa quase diariamente com representantes de instituições financeiras que não escodem mais a preocupação com a inadimplência generalizada de pessoas jurídicas. As empresas estão com dificuldade até mesmo para pagar empréstimos realizados com juros de 1% ao mês, como do FGI (Fundo Garantidor para Investimentos), do BNDES.

Em abril, 6,11 milhões de empresas estavam inadimplentes no país, quase 200 mil a mais do que no mesmo período do ano passado, de acordo com a Serasa Experian. O número é o mais alto desde abril de 2020 (6,14 milhões).

“Hoje, há um sucateamento da indústria nacional. As margens de lucro que, no passado, eram de 15% a 20% em alguns setores, hoje são pífiás, de 2% a 3%.”

Os prazos para alongamento de dívida, com carência de um ano, para empresas que não utilizam o recurso da recuperação judicial, diz ele, são de cinco a seis anos, em média. Para as empresas que estão em recuperação judicial, os prazos para pagamento de dívidas, com até dois anos de carência, são de até 20 anos, com deságio entre 50% e 70%.

Tempos mais difíceis

Boanerges Ramos Freire, presidente da Boanerges & Cia, especializada em serviços financeiros, diz que, se a água já estava na altura do nariz das empresas, agora já chegou à cabeça. A situação das companhias, diz ele, é a seguinte. “Depois de ter nadado muito na pandemia e chegado à praia achando que ia descansar, encontraram leões prontos para comê-las”. Quem tem ajuda de uma boia, diz ele, eventualmente pode sobreviver, mas, infelizmente, tempos mais difíceis para as empresas ainda estão por vir neste semestre.

“A inflação subiu demais no mundo todo por vários motivos, em razão de toda emissão de dinheiro para atender à pandemia e de problemas nas cadeias de produção.” A expectativa de recessão, diz Freire, leva o empresário a investir menos. “Com isso, inflação e juros sobem, aumentam os riscos e, quem estava no limite, não consegue mais sobreviver.”

De olho no caixa

De acordo com ele, se o caixa da empresa não estiver bem controlado, isto é, se o empresário não tiver bem claro tudo o que paga e tudo o que recebe no mês, dificilmente vai sobreviver. Alongar prazos de pagamento e antecipar recebimentos pode ajudar a reforçar o caixa, diz ele, assim como vender parte dos ativos, recorrer a crédito bancário ou até a amigos e familiares.

“Abrir capital agora não adianta. Quem fez isso no ano passado não se deu bem”, afirma.

De acordo com ele, esta fase ruim para as empresas não deve acabar com as eleições. “Ainda não há clareza de qual será a política econômica do país. É um período de muitas incertezas.”

Apesar das perspectivas pouco favoráveis, Paiva diz que os empresários entendem que, num cenário político sem rupturas e com carga tributária menor, o país pode voltar a crescer.

Fonte: [Diário do Comércio](#)





inacreditável

Crédito com
juros a partir de

1,62% ao mês?

Pode acreditar!



accredito

Muitos associados **já aproveitaram**
as vantagens da ACCREDITO.

E você?

Cansado da burocracia e das taxas altas dos bancos? Nossos associados já estão aproveitando empréstimos com os benefícios exclusivos da ACCREDITO, que oferece capital de giro de forma rápida e descomplicada, com taxas a partir de **1,62% ao mês** e outras **vantagens inacreditáveis**.

Conheça as Vantagens. Acesse www.accreditodigital.com.br



Informe Econômico

Para edições anteriores, acesse:
acisa.com.br/dadoseconomicos